

POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O PROJETO NEOLIBERAL

Anderson Alves de ABREU

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: alves.andersonking@gmail.com

RESUMO

Penso que se faz necessário, coletivamente, contrapor-se aos mandos e desmandos do sistema Educacional atuante. Sistema esse sustentado por uma equipe do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional), que após a segunda guerra mundial assumiram a liderança política afirmando ter capacidade para gestar a Educação Pública. O pensamento neoliberal do final do século XX reapareceu logo após a segunda Guerra Mundial, em contraposição às políticas keynesianas e sociais democratas. O neoliberalismo de qual me refiro, consiste em uma ação teórica e política contra o Estado intervencionista, opondo-se a qualquer forma de planejamento, tendo em vista a escola, um espaço de reprodução das relações sociais, relações essas, baseadas em princípios de desigualdade e exploração, a partir dessa análise, é observado que a essa ação teórica e política, se inclina somente a atender aos interesses da classe dominante que sempre fora privilegiada. Sabendo-se do direito a Educação, venho nesse artigo ressaltar a equidade educativa, que iguala as oportunidades, fazendo com que todas as pessoas, independente de suas condições, venham ter acesso, permanecer e concluir. A desigualdade na frequência e na qualidade da Educação logo nos primeiros anos de vida de uma criança, colabora para a formação ao longo dos anos de ensino seguinte. Portanto, iremos ver que a essência do pensamento neoliberal baseia-se, na rápida ampliação na oferta de vagas no ensino público, que não vem acompanhado de um ensino de qualidade, colaborando assim para o fortalecimento do setor educacional privado, fazendo disso a segregação notória que vivemos diariamente no Brasil.

Palavras Chaves: Neoliberalismo, Intervencionista, Políticas, Educação.

INTRODUÇÃO

No Brasil o neoliberalismo foi inserido ao discurso do governo Collor Melo, em 1989 e deu-se sequência em 1990 e 2000. No governo Collor e FHC, foram governos marcados em clima de perplexidade e de aflição no que diz a respeito a Educação. A orientação (neo)liberal ficou caracterizado por uma política educacional contraditória. No plano educativo, o neoliberalismo traduz-se pela ideia central do mercado como mecanismo de regulação e que vai levar qualidade às escolas. O Estado deveria fornecer a cada família tíquetes (vouchers) que possibilita a sensação de comprar no mercado livre o serviço educativo que lhe convém. Por outro lado muitas empresas privadas auxiliam escolas públicas, normalmente aquelas em que estudam muitos filhos de seus funcionários.

FRIGOTTO (1996) ressalta que empresas de grande porte também constroem escolas para o uso exclusivo dos funcionários e de seus filhos, como a Nestlé faz na cidade de Marília. Evidentemente isso não sai de graça para os trabalhadores. A filantropia da parceria encontra-se, assim, elevada ao mesmo patamar que a política educativa do Estado.

A grande estratégia do neoliberalismo no plano educacional, é o adestramento de cada cidadão, o espaço escolar se tornou uma máquina reprodutora de mão de obra, favorecendo a classe dominante, tendo assim uma conquista e uma fortificação da economia de mercado, na visão dos capitalistas. Entendendo toda essa relação neoliberal mais capital, notamos que a ideia em comum, é e sempre será adestrar trabalhadores saudáveis e bem preparados, para que assim suas grandes empresas possam competir no mercado internacional, galgando lucros maiores a partir da exploração dos trabalhadores.

“O que o neoliberalismo quer é o novo trabalhador, com [...] boa formação geral, atento, leal, responsável, com capacidade de perceber um fenômeno em processo, não dominando, porém, os fundamentos científico-intelectuais subjacentes às diferentes técnicas produtivas modernas.” (FRIGOTTO, Gaudêncio, 1990, p 221).

O neoliberalismo no Brasil, vem mostrando sua força, e a partir disso, irei pontuar em quais aspectos esse sistema neoliberal teve êxito: Houve uma grande prioridade em deter a hiperinflação, o crescimento horrendo na taxa de desemprego e por último pontuo o enfraquecimento do movimento sindical. Vale ressaltar, que em muitos países a “hiperinflação” foi aumentada propositalmente para induzir o povo a aceitar as políticas neoliberais.

A Política Educacional neoliberal, deseja manter sua relação “amorosa” com os governos para assim chegar ao coração do Estado (área econômica é seu maior interesse), objetivando criar normas que subordinem a educação à lógica do capital. É de se entender que essas Políticas não podem ser facilmente existirem sem o estado. Segundo Leher (2012): A educação pública somente será de fato pública quando for parte das lutas gerais dos trabalhadores.

Plano Educacional Omnilateral

Educação Omnilateral é um termo que vem do latim, cuja tradução, significa: “todos os lados das dimensões”. Educação Omnilateral abrange a Educação e a emancipação de todos os sentidos Humano. Gramsci (1978) sublinha que a Humanidade que se reflete em cada individualidade é expressão das múltiplas relações do indivíduo com os outros seres Humano e com a natureza. Entendendo essa tese de Gramsci, fica-se entendido que tudo que incorporamos não são realidades naturais, mas sim uma (re)produção histórica. Por isso Marx está sempre se referindo aos processos formativos na perspectiva da superação da sociedade capitalista, enfatiza também o trabalho, na sua dimensão de valor de uso, como princípio educativo. Sobretudo nem Marx e nem Engels se dedicaram especificamente em sustentar teses educativas no bojo do ideário neoliberal, que tira da referência a sociedade e os direitos coletivos e universais.

“O desafio é partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam ao final do processo educativo o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Vai também se firmando como teoria e/ou teses e prática educativas alternativas as pedagogias e práticas tradicionais e liberais: A “Educação Popular”, em sua origem indica a necessidade de reconhecer o movimento do povo em busca de direito. A Educação Popular, defini-se que o trabalho educativo, tanto na escola quanto nos espaços não formais, visa formar sujeitos que interfiram para transformar uma determinada realidade em que se vive.” (FRIGOTTO, Gaudêncio, 1990, p. 225)

A universalização do plano educacional trouxe para escola uma parcela da população historicamente excluída do espaço escolar, potencializando e reafirmando a necessidade das discussões sobre diversidade nesse contexto. Tratando-se da escola, ressaltarei que a escola sendo uma instituição de poder descentralizado e de autonomia, a mesma deveria ter maior participação na escolha de seus métodos de ensino, porém, o currículo, a metodologia de ensino, as avaliações já vem elaborados e pré-definidos fazendo com que a comunidade escolar não tenha voz ativa na sua parcela de participação, que como tal, deveria ser direcionada a ela.

Pontuando a globalização, a mesma trouxe para o âmbito da Educação implicações bastante importante.

De acordo com CAMOY (1997), a globalização envolveu o predomínio das ideologias de marcada, além de uma mais profunda e acirrada competição econômica em escala global.

A globalização no âmbito da Educação hoje no século XXI vem sofrendo um impacto global em dois aspectos: Primeiro na gestão e no financiamento, os governos tem sido “obrigados” a cortar alguns gastos, causando uma piora num ensino, que não é de qualidade.

Segundo ponto, se deu na importância em aumentar as taxas de retorno dos níveis mais elevados de Educação, fazendo com que os poucos investimentos que se tem, fossem aplicados somente a qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, fazendo assim a Escola uma máquina de reprodução.

Os cenários históricos recentes que se dão as reformas educacionais e omnilaterais são caracterizados por endividamento, ou melhor, “estrangulamentos das periferias”. O FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, aparecerem como as agências que diretamente mais controlam os projetos Educativos sobre os países “ajudados”. Entendendo a manipulação e o controle do Banco Mundial sobre o processo Educativo, ressalto aqui, as exigências do Banco Mundial: A descentralização e a Privatização.

Descentralização garantia a maior autonomia, favorecia um maior controle e participação da comunidade Escolar.

Privatização, é defendida como meio para melhorar a qualidade, uma vez que incrementaria a competição entre escolas. É o que estamos acostumados a ver diariamente. O interesse maior na expansão do ensino superior e secundário, se dá por interesses da classe dominante. Esses mesmos interesses não fomenta a igualdade, equidade ou algo semelhante, muito pelo contrário, a burguesia continuará tendo um alto nível de qualidade em sua aprendizagem, em sua Educação, enquanto o filho do proletariado continuará fazendo parte de um sistema Educacional que os “treinam” para o mercado de trabalho.

Os processos produtivos passaram a demandar mais qualificação a nível de ensino, que aumentou as taxas de retorno em Educação isso passa a ser mais um elemento articulado aos mecanismo de desigualdade, fazendo do sistema ainda mais segregador, na medida em que os mais beneficiados e privilegiados, serão sempre indivíduos com acesso a um bom nível de escolarização

A (R)evolução das Políticas Públicas Educacional

O Brasil traz na trajetória da Educação Inclusiva ações ora médio - assistencialista, ora segregadora, ou explicitamente excludente. É preciso compreender as dimensões visíveis e invisíveis, ora silenciada, ora exposta, para daí então, considerarmos necessários os aspectos estruturais, materiais, curriculares e interpessoais.

A exclusão é um fator histórico no Brasil, não é algo que ocorre atualmente, mas um fator antigo e histórico, destacando o capitalismo no Brasil, um capitalismo dependente e precário que só atinge de forma intensa às camadas de baixo poder aquisitivo da Sociedade, a classe trabalhadora, e claro as pessoas que sofrem quaisquer tipo de exclusão no seu espaço escola, seja ele racial, social e até sexual.

“Para cumprir estas determinações no Brasil, só a partir de 1999 iniciaram-se as políticas públicas educacionais que se voltassem para o acesso e permanência de pessoas que exigiram uma nova prática de organização das instituições, vigorando essa orientação da defesa de inclusão” (MARQUES, 2014, p. 151).

Essas mesmas políticas públicas educacionais caminham e caminham contudo em “passos curtos”, pois aumentaram-se o número de vagas nas instituições públicas (em qualquer instância), Porém a assistência para permanência estudantil é vaga e raze. Estudantes pobres e na maioria das vezes negros, enfrentam a maior dificuldade da vida: permanecer e concluir sua formação numa instituição pública.

A (R)evolução educacional a qual me refiro, acontece anualmente. Considerando que as Políticas orientadoras em prol da educação visam à qualidade e mobilizam a Sociedade. Entendendo as ações, no processo educacional, como profissional da Educação, garantiremos ao cidadão atuação na Sociedade no qual está inserida, essa ação, muitas das vezes, é aceita e executada, sendo uma proposta pelo Sistema Educacional, nos dias de hoje.

“Muitas escolas da rede estadual aderiram ao método educacional organizado por ciclo de formação Humana e à elaboração do Currículo, que foi direcionado e implantado nas unidades escolares, método este, que gera discussões entre os educadores em relação à problemática de execução e avaliação.” (APARECIDA, 2014, p.243).

O aumento dos trabalhos burocráticos é de grande significância, se contrapõe ao que sugere o projeto educativo em meio a essa demanda, os profissionais da Educação demonstram angústia por

ocupar muito tempo com essa “burrocracia” imposta pelo sistema educacional, a falta muitas vezes de infraestrutura para elaboração de alguns trabalhos, e pior de tudo, o distanciamento do professor com os estudantes, esse distanciamento dificulta um melhor desenvolvimento com a turma, contudo o grande problema está no direcionamento do plano de trabalho, implantado e imposto pela sistema nas redes públicas de Educação, e claro, a forma que esse mesmo plano, está sendo executado pelos docentes.

A grande questão é o funcionamento e as intervenções do Estado na elaboração do modelo dos projetos. As mudanças que ocorre no espaço escolar e consequências das políticas educacionais neoliberais dos últimos tempos, políticas públicas educacionais essas que geram superação ou passividade nas ações socioeducativa. Assim, ora as práticas desenvolvidas nas escolas condizem com a realidade, ora se contrapõe.

“Devemos trabalhar com uma concepção de Política Pública como conjunto de ações promovidas por agentes públicos em conjunto e pelo interesse coletivo da Sociedade”.
(MÜLLER, 2014 p. 243)

Sabemos que o Estado tem um papel inegável na Educação de maneira decisiva, interage com as Políticas Públicas como um “regulador social”, contudo os projetos (plano que são especificamente direcionados ao sistema escolar), muitas das vezes não condizem com a realidade daquela respectiva comunidade escolar, se fazendo inútil toda e qualquer intervenção do Estado no plano Educativo.

De acordo com Ball e Bowe ET at (1992 apud Jefferson Mainardes 2006): “O contexto da prática é onde a Política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na Política original (...) os Políticos não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas á interpretação e, então, a serem “recriadas”: os profissionais que atuam no contexto da prática (escolas, por exemplo), não enfrentam os textos Políticos como leitores ingênuos, eles veem com suas historias, experiências, valores e propósitos (...)”

Entrando na questão da docência e da revolução, na maioria das vezes o docente se ver tentando se adaptar a uma nova realidade no ambiente escolar, pois o mesmo está acostumado a outros contexto de ensino, está acostumado a uma outra realidade.

As Políticas elas devem ser interpretadas e (re)criadas, uma vez que a história, as experiências, valores, as condições são diversos. A diversidade, precisa ser entendida pedagogicamente.

Tratando-se de mudanças constantes do estado em conflito social. Nesse contexto, e de maneira peculiar a escola se diferencia das demais organizações que compõe a Sociedade, motivo pelo qual os profissionais que nela trabalham devem ser considerados de formas diferenciadas dos demais trabalhadores.

Nesse sentido, ressaltarei a importância de falarmos da definição e os conceitos no que referem-se aos profissionais da Educação.

Libâneo e Pimenta (2005) afirmam que o ato de educar não se faz tão somente em sala de aula sob esse aspecto, a ação pedagógica não se resume a ações docentes, de modo que, se todo trabalho docente é trabalho pedagógico, nem todo trabalho docente é trabalho docente.

Na história da Educação e no processo Educativo, figura central sempre fora o Professor, o redentor de todos os saberes e práticas, outros sujeitos que tentarem de alguma forma acrescentar e/ou interferir nesse processo Educativo, será sempre ignorado.

Fica-se entendido que atualmente o Brasil vive em meio a grandes mudanças e revoluções, e uma dessas mudanças está vinculada ao novo papel da Escola de todos que fazem parte dela.

Com toda essa onda neoliberal, iremos então ver uma tendência do seu referencial – o mercado.

Algumas medidas utilizadas como forma de isentar o Estado da sua responsabilidade: a oferta universal, gratuita e obrigatória da Educação.

Na segunda Guerra Mundial, a teoria do Capital Humano vinha defender os investimentos em Educação como um importante fator de desenvolvimento.

CONCLUSÃO

O neoliberalismo chega ao interior das políticas educacionais pública, por meio do projeto político pedagógico. Vai se firmando como teoria Educativa, alternando explicar alternativas as pedagogias tradicionais e ditas “liberais”.

Entra em questão também a Hegemonia, conceito esse, que apreende a dinâmica das lutas de classes sob a dominação da Burguesia, que tenta de alguma conformidade social, por meio de uma organização.

Portando, temos muito por fazer, não estou aqui nesse artigo querendo me encaixar somente a política denunciadora. Venho por meio deste, denunciar, contudo, também solucionar todos os problemas que como profissional da Educação.

Segundo FREIRE (2014), quem, melhor que os oprimidos, se encontrarão preparado para entender o significado terrível de uma Sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação?

Penso que se faz necessário, coletivamente, contrapor-se aos mandos e desmandos do sistema Educacional atuante. Sistema esse sustentado por uma equipe do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional), que após a segunda guerra mundial assumiram a liderança política afirmando ter capacidade para gestar a Educação Pública.

A ideia do artigo é analisar as relações de poder do sistema neoliberal, associado ao MEC (Ministério da Educação). Infelizmente esse artigo não dará conta de responder a todas as questões, porém ao desenvolver da minha pesquisa, irei contribuir desenvolvendo outros textos, respondendo as diversas questões, que aqui foram colocadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação básica no Brasil. p. 221. 1990.

_____. FRIGOTTO, Gaudêncio. Estado, Mercado e Escola, na década de 90.
p. 225. 1990

LEHER, Roberto. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SILVA, Adalgisa Marques. A docência no Ensino Superior: Desafios na Contemporaneidade. p.151. São Paulo: Editora UNEMAT. 2014

DELIBERAL, Maria Aparecida. A docência no Ensino Superior: Desafios na Contemporaneidade. p.243. São Paulo: Editora UNEMAT. 2014

MÜLLER, José Luiz. A docência no Ensino Superior: Desafios na Contemporaneidade. p. 243. São Paulo: Editora UNEMAT. 2014

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos para quê? 8.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 57. Ed. Ver. E atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

